DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: DILEMAS NA ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA

ISRAEL BELOCH*

1. Histórico; 2. Questões gerais; 3. Fontes; 4. Questões de conteúdo; 5. Questões de forma; 6. Conclusão.

"Não há duvidar. É mister grande força de vontade para levar avante uma empresa como a que tomei a meus ombros."

Sacramento Blake, 1895[1]

1. Histórico

O que nos levou a propor a criação de um dicionário histórico-biográfico foi basicamente o constatar da insuficiência do conhecimento factual acerca da história do Brasil contemporâneo. Ao longo de anos de trabalho, reforçava-se a convicção dessa gritante carência informativa. A difícil localização das fontes e o precário acesso a elas alimentam o desconhecimento específico e este, por sua vez, concorre para preservar o panorama existente.

A composição de um *repositório de dados diretamente utilizável* nos pareceu não só pertinente mas indispensável. Nossa própria prática de pesquisa — o esforço despendido para obter um dado singelo — ratificava a urgência do projeto. Inclinação pessoal parecia apontar para a viabilidade de implementá-lo, embora a empresa se configurasse excessivamente ambiciosa. Este último aspecto, entretanto, talvez a tenha tornado mais excitante intelecualmente.

* Coordenador do Dicionário histórico-biográfico brasileiro desde a implantação do projeto no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, em 1974. Cursando o Mestrado de História na Universidade Federal Fluminense, trabalhou anteriormente na equipe do Prof. Hélio Silva e na Enciclopédia Mirador Internacional.

[1] Sacramento Blake, Augusto Victorino Alves. *Diccionário bibliographico brazileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883-1902. v. 3, p. 1.

O propósio seria suprir essa sensível lacuna, dicionarizando informações sobre temas e personagens histórico-políticos do período que se inicia com a Revolução de 1930. Essas informações, organizadas e sistematizadas em verbetes alfabeticamente ordenados, iriam constituir-se em ferramenta de trabalho de valor inestimável. Um especialista do assunto já alertara para a magnitude do problema:

"E hoje a matéria mentada e em conserva gráfica é tão imensa e se renova em ritmo tão intenso, que um dos mais graves problemas da civilização e da cultura humanas é conseguir torná-la relativamente acessível a quantos queiram ou possam acrescentar seu esforço do herdado das gerações anteriores, na luta pelo aumento do saber, vale dizer, do conhecer, vale dizer, do fazer, vale dizer, do conhecer-fazer-conhecer-fazer, vale dizer da perpetuação específica e da felicidade individual."[2]

O interesse pessoal pelo contemporâneo levava a admitir como alternativa de viabilização dimensional da obra a restrição de sua abrangência ao período pós-1945. A adoção da Revolução de 1930 como marco inicial do trabalho seria, contudo, preferível, pois se estaria tomando como limite um ponto de ruptura, propiciador de significativa renovação na elite política e gerador de novas instituições, movimentos etc. A abordagem se faria sobre um universo temático-biográfico acompanhado, em grande parte, desde seu surgimento político. É claro que não se poderia ignorar o período precedente, em particular o ciclo revolucionário da década de 20, espécie de infância política da população e dos fenômenos emergidos em 1930. Voltaremos adiante a considerar a questão.

O fato de o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil centrar seu campo de estudo nesse mesmo período determinou enfim o alcance temporal do Dicionário.

Ainda sem vínculo institucional, o trabalho começou a ser realizado de forma individual e com caráter diletante, de tal modo que, assim conduzindo, sua preparação poderia estender-se por muitos anos, a exemplo de diversas obras unipessoais do gênero.

Em outro cenário, entretanto, desenvolvimento paralelo se efetuava: o tratamento do Arquivo Getúlio Vargas no CPDOC demonstrava a necessidade de criar um sistema subsidiário de coleta de dados sobre personagens e instituições ocorrentes no arquivo. Foram instauradas as fichas de identidade, incorporando, sempre que possível, informações sumárias sobre o elenco de ocorrências naquele acervo documental.

Projeto individual e necessidade institucional confluíram para criar o Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Esse momento, situado em meados de 1974, marca portanto o término da proto-história do Dicionário. Instalados no CPDOC dois pesquisadores ainda sem quaisquer fonte de recursos, principiar-se-ia a elaboração da obra. E começaria a tomar forma,

[2] Houaiss, Antônio. *Elementos de bibliologia.* Rio de Janeiro, INL, 1967. v. 2, p. 36.

com a própria evolução do trabalho, a problemática aqui discutida e que até então apenas se esboçara.

2. Questões gerais

Com a obtenção de reduzido financiamento inicial do Conselho Federal de Cultura, partiu-se para a primeira operação de coleta de dados: a fusão seletiva das fichas de identidade do Arquivo Vargas com o material produzido individualmente.

O caráter sumário dos dados contidos nesses componentes ancestrais e nas demais fontes originalmente utilizadas engendraram perspectiva de construção dos verbetes segundo padrões excessivamente sintéticos, algo como um *who's who* ampliado. Note-se que nesse estágio as atenções se concentravam no segmento biográfico da obra, de si mais afeito a tratamento desse gênero. A pesquisa temática restringia-se à listagem preliminar e só seria efetivamente deslanchada meses depois.

Esse "sumarismo" persistiu por largo período, começando a dissolver-se apenas a partir do momento em que se percebeu que os verbetes, apesar do volume de dados neles contidos, não transcendiam meros currículos, confinados a frio formalismo — dados naturais, cursos, cargos, bibliografia e um ou outro posicionamento político consensualmente reconhecido. Os textos, mais que estáticos e insossos, eram absolutamente insuficientes, especialmente se se tiver em conta o restrito campo abarcado pelo Dicionário, tanto no plano temporal — cerca de 40 ou 50 anos — quanto no plano espacial — elite e temas políticos.

Um dicionário de universo tão específico deveria obrigatoriamente conferir desenvolvimento mais amplo a seus verbetes. Inclusive para corresponder à riqueza do acervo documental e do conhecimento acumulados no CPDOC.

A correção do "sumarismo" foi possibilitada por um conjunto de fatores, dentre os quais sobressai o recurso a outro gênero de fonte bibliográfica menos formal na apresentação do material, o recurso à imprensa, a contribuição do corpo de consultores, e principalmente a pesquisa de trajetória política.

Esses procedimentos passaram a produzir distorção oposta, transformando os verbetes mais relevantes em verdadeiras monografias, quando não em emaranhados amazônicos de dados. Pólo antitético da situação anterior, esse gigantismo deve ser contido, aparados os excessos, eliminado o supérfluo e sintetizados os detalhamentos desmedidos, para alcançar síntese proporcionada e viabilizar a edição do trabalho. A preocupação em reverter essa tendência só despontou recentemente.

Pode-se considerar o gigantismo um estágio necessário, na medida mesma em que um conhecimento mais amplo e minucioso deve preceder o processo de condensação para garantir expressividade a seus resultados. A aludida preocupação, no entanto, uma vez estabelecida, passa a reger a própria coleta de dados, conferindo-lhe postura mais seletiva.

O segmento temático do Dicionário praticamente não viveu na era de "sumarismo". Abordado em etapa posterior, situou-se desde logo próximo do desenvolvimento monográfico, de resto mais apropriado a suas características. Também aí a preocupação em conter o gigantismo passou a orientar a pesquisa.

Trata-se, em suma, da questão do "saber parar". Na pesquisa em apreço esta é uma questão vital, pois seu próprio postulado é o de compor unidades biográficas e temáticas o mais completas possível, o que poderia estender o recolhimento de dados *ad infinitum*.

A face dramática do problema é que a informação empírica detalhada, a partir de certo volume, torna-se *irredutível* a condensações expressivas. Como esse volume crítico começa a ser alcançado para uma série de verbetes, passamos a viver dilacerados entre a hipertrofia factual e as definições simplistas e empobrecedoras. Esse dilema permanece aberto e só a prática, quiçá a arte, o podem elucidar.

Outra questão que nos parece oportuno registrar é a da especificidade do projeto dentro do conjunto de pesquisas em curso no CPDOC. Um primeiro aspecto diz respeito à abrangência do Dicionário, comparativamente mais ampla do ponto de vista horizontal e mais restrita do ponto de vista vertical.

Dada a envergadura do trabalho, que envolve cerca de 5 mil itens (4 mil biográficos e mil temáticos), é imprescindível que nos atenhamos aos *elementos essenciais* de cada unidade abordada. Desenvolvimentos desejáveis em pesquisas de outra ordem são aqui proibitivos. A almejada concisão não se faz, contudo, às expensas do aprofundamento em uma série de verbetes, muitos deles cobrindo personagens e temas até então desprovidos de qualquer descrição articulada.

Estendendo até a atualidade seu universo de pesquisa, de modo homogêneo, sem privilegiar qualquer momento específico dentro do período, o Dicionário distingue-se dos demais projetos desenvolvidos no CPDOC, os quais incidem sobre determinadas conjunturas/curtos períodos[3] ou acompanham a evolução completa, longitudinal, de fenômenos a partir de uma fonte restrita.[4]

[3] O Projeto Brasiliana dedica-se ao estudo da produção intelectual, particularmente do pensamento relativo às mudanças que se processaram com a Revolução de 1930. O projeto de Pesquisa propõe-se a avaliar o modelo político implantado pela Revolução de 1930, por meio da consideração de um número limitado de variáveis desenvolvidas em séries monográficas.

[4] No projeto de Documentação o estudo da trajetória pessoal e política de personagens e o levantamento de conjunturas e quadros políticos são feitos com base em uma unidade documental — o arquivo. O arquivo é referencial central do trabalho e, uma vez organizado e inventariado, é colocado à disposição de pesquisadores e estudiosos devidamente credenciados que se interessem por sua consulta. O projeto de História Oral rastreia os roteiros de vida de homens públicos, produzindo uma fonte unitária — a entrevista gravada — através da qual se retém o depoimento e o testemunho de participantes da história. A exemplo do arquivo, a entrevista é o referencial central do trabalho.

Se por um lado o Dicionário fornece uma visão contínua e integrada de cada componente significativo da história política do Brasil contemporâneo, por outro fragmenta a realidade global, atomizando-a de acordo com um critério puramente formal, o alfabético.

Outra peculiaridade distintiva do trabalho é seu cunho expositivo-informativo, que o faz fundamentalmente diverso de pesquisas analíticas, as quais se propõem a demonstrar hipóteses e discutir noções.

O Dicionário visa apresentar panorama do estado atual do conhecimento na área, embora venha também a produzir conhecimento na medida em que abrange itens virgens de estudo.

A especificidade do Dicionário não o torna um projeto isolado. Pelo contrário, tem-se provado bastante profícua sua interação com os demais projetos do CPDOC, através do intercâmbio crescente de informações. Ao mesmo tempo que suas biografias instrumentalizam roteiros de entrevistas do projeto de História Oral, os resultados dessas entrevistas são incorporados aos verbetes, enriquecendo-os incontestavelmente. Informações sobre temas e personagens ilustram passagens de estudos promovidos pelos projetos de Pesquisa e Brasiliana, contribuindo para o embasamento factual dos mesmos. Conclusões e produtos finais ou intermediários desses estudos realimentam, por sua vez os verbetes. O mesmo ocorre com o Setor de Documentação, que se vale do conjunto informativo do Dicionário na classificação e catalogação de arquivos. O fluxo inverso, Documentação-Dicionário, é constante e significativo.

No entanto, cumpre questionar a qualidade desse intercâmbio. A integração dos diversos projetos é problema que ultrapassa os limites deste artigo e por isso limitamo-nos aqui a tangenciar o assunto. Por sua própria natureza, era de se esperar que o Dicionário desse mais que recebesse. Cabe indagar, não obstante, do grau de resposta que o Dicionário oferece à expectativa de informação dos demais setores. E cogitar da contrapartida: o emprego de material oriundo dos demais setores não se faz sem dificuldades, algumas insolúveis até o momento. É o caso, por exemplo, do aproveitamento do material dos arquivos que compõem o acervo do Centro. Esse poderoso manancial é extremamente subutilizado. Por quê? Característica inerente ao próprio trabalho, de construção inviável a partir de fontes primárias? Parece que sim. Tanto que o aproveitamento das fontes secundárias produzidas no CPDOC se faz com fluidez e sem maior dificuldade. Voltaremos ao assunto.

Outro aspecto a analisar é o do apelo a formular projeto de pesquisa com base na massa informativa reunida pelo Dicionário. Há que distinguir claramente a edificação do próprio Dicionário, tarefa árdua, absorvente, das múltiplas hipóteses de pesquisas sugeridas pelo contingente de dados já acumulado. Não podem as últimas interferir na primeira, nem muito menos postergá-la ou elidi-la, sem graves prejuízos para o objetivo básico. Obra da envergadura do Dicionário pode ser facilmente deixada a meio,

inacabada como tantas outras[5] ou emasculada em seus propósitos, caso a concentração de esforço exigida para sua feitura se veja afetada por descaminhos evasivos e diversionistas.[6]

O projeto, uma vez adotado em suas premissas básicas, deve, por seu próprio caráter, seguir padrões mais rígidos de que os que informam outros setores, onde a flexibilidade permite alterações e mudanças de rumo por vezes profundas e substanciais. Nesse particular, a Documentação guarda semelhança com o Dicionário, mas conta com um referencial estritamente delimitado — os arquivos — que inexiste em nosso caso. O referencial aqui deve ser metodológico, introduzido nos próprios procedimentos de pesquisa.

Desde a germinação do projeto preocupou-nos o significado que poderia assumir um dicionário de elites — a obra comportaria mesmo o subtítulo "A elite brasileira e suas instituições" — ainda mais em se tratando de trabalho de acento biográfico tão pronunciado. Atemorizava-nos a possível identificação com os cultores do gênero biográfico laudatório, admiradores dos grandes vultos, das notáveis personalidades, dos poderosos do dia.[7] Viria o Dicionário a reforçar a concepção de que as elites são os agentes exclusivos da história? Tal reforço seria tanto mais nefasto quanto se sabe que essa concepção está entranhada em nossa historiografia tradicional e ocupa posição de destaque na ideologia dominante, ocorrendo, por via desta, como é inevitável, em áreas do próprio pensamento acadêmico.

[5] Dentre as obras do gênero lastimavelmente inacabadas, constituem exemplos ilustrativos o *Dicionário biobibliográfico brasileiro,* de João Francisco Velho Sobrinho, cujos dois únicos volumes, referentes às letras A e B, foram publicados em 1937 e 1940, e a *Enciclopédia brasileira,* de Alarico Silveira, que, programada para 10 volumes, teve um único publicado postumamente em 1958, com vocábulos de "A a anzol-de-tenda". Sacramento Blake consumiu 19 anos (de 1883 a 1902) para concluir e publicar os sete volumes de seu *Dicionario Bibliographico Brazileiro.* O prodigioso *Dicionário Bibliográfico Português,* de Inocêncio Francisco da Silva, teve sua publicação iniciada em 1858 e retomada 20 anos depois por Pedro Venceslau de Brito Aranha. Manuel Pio Correia publicou em 1926 e 1931 os dois primeiros tomos de seu *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas,* trabalho que, depois de longa interrupção, só foi retomado em 1952 com o concurso de Leonam de Azevedo Pena, para ser concluído com a edição do sexto volume em 1975. Embora individuais, todos esses trabalhos foram afetados por interrupções que poderiam incidir, sem diferenças significativas, no projeto que empreendemos.

[6] "Todas estas obrigações de autor, está visto, representam atenção constante para o objeto focalizado, uma tensão de espírito, assim como uma idéia fixa, sem o que o trabalho não se realiza". Silveira, Carlos da. Prefácio. In Melo, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas.* São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 11.

[7] Só recentemente vem-se verificando um renascimento do interesse biográfico nos meios acadêmicos. O gênero foi por muito tempo desprezado, e ainda o é em larga medida, em decorrência do uso que dele fez a hitoriografia conservadora, responsável por verdadeira biografização da história. Nos últimos tempos, contudo, as ciências sociais, em particular, vêm dedicando crescente atenção a estudos sobre percursos de vida política, padrões de carreira e de recrutamento e a uma série de análises quantitativas de base biográfica.

Não cabe aqui especular sobre as razões da permanência desse elitismo, nem muito menos sobre a gênese do mesmo, mas do papel que pode desempenhar o estudo de elites no quadro existente.

Agrava a situação o fato de tratar-se, no essencial, de uma abordagem das elites do poder. As elites das classes subalternas estão representadas tão minoritariamente que diluem-se no conjunto. E isso se dá não só porque essas "contra-elites" têm sido efetivamente minoritárias, mas também em função da indigência de registros sobre elas.

Releva acentuar que um dicionário político-biográfico é necessariamente uma obra sobre elites, embora não necessariamente sobre elites do poder. As chamas da população enquanto tais não são individualizáveis e portanto biografáveis. A elaboração de perfis típicos, "biográficos" de classes, camadas, estratos, é tarefa empolgante que talvez antropólogos e sociólogos devessem encetar. A organização de enciclopédia dos movimentos sociais ou dos diversos segmentos da sociedade brasileira, seus problemas, características, movimentos, seria empresa para os aludidos especialistas, em particular os que têm as classes subalternas como objeto de estudo. Mas, é óbvio, empregaria metodologia diversa da aqui utilizada e seria construído e apresentado segundo critérios diferentes dos adotados em nosso trabalho. Biografias de "pessoas comuns" só alcançariam expressividade e representatividade quando, integrando amostra estatisticamente significativa, se alçassem à categoria de biografias típicas. Sem isso, poderiam ter notável interesse sociológico e antropológico, mas dificilmente transporiam os umbrais do campo político. Podem também essas considerações ser fruto do elitismo que nos envolve e pressiona com suas armadilhas?

Enfim, ademais de seu valor incontestável, um dicionário de elites pode ser útil mesmo para os estudiosos de movimentos populares, pois estes têm existência no quadro de um determinado sistema político, com suas elites e instituições, constituindo as características desse sistema fator imprescindível para explicar não só a relação massa-sistema, mas também para apreender os fenômenos que se desenvolvem fora das fronteiras da elite.

É claro que se deve ter em mente a outra face dessa bipolaridade contraditória: o sistema político não pode ser explicado satisfatoriamente, se não se leva em conta a situação histórica das classes subalternas (sua inserção socioeconômica, sua estratificação, sua organização, seu nível de consciência, suas demandas). O sistema político é moldado em relação (ou em oposição) a essas classes, mesmo que freqüentemente a causação seja ocultada por múltiplas mediações e dissimulada pela ideologia dominante.

Contamos apenas que o hipotético impacto negativo exercido pelo Dicionário sobre o renitente elitismo do pensamento brasileiro seja amplamente compensado pelos benefícios que trará para a mais lúcida interpretação da realidade complexa que nos rodeia.

Outra indagação que nos sensibiliza desde os primórdios do trabalho refere-se à possibilidade de inferir determinada realidade histórico-política a partir do somatório de informações factuais contidas em verbetes do Dicionário.

A realidade concreta não pode ser analisada sem algo que transcenda a ela mesma, sem um corpo teórico coerente e totalizante. As generalizações teóricas são, contudo, de pouca valia na pesquisa histórica, sem a contribuição do dado factual.

O elemento empírico, apesar de distante da onipotência, ilumina poderosamente a interpretação dos fatos históricos, aumentando-lhes a nitidez, sugerindo correlações não pressentidas, desvendando articulações importantes, demolindo mesmo teorias consagradas. Pode inclusive, quem sabe, concorrer para análises prospectivas, pretensão máxima das ciências sociais.

O papel do Dicionário como gerador de interpretações históricas sofre ainda, suplementarmente, drástica limitação decorrente da ênfase depositada na instância política e da omissão de maiores considerações sobre os planos econômico, social e ideológico.

Não nos escapa a capacidade do dado factual induzir a erro, se tomado isoladamente ou destacado de suas articulações fundamentais. Por isso mesmo, buscando completar o mais possível os verbetes, tenta-se apresentar "todos" os aspectos da população e dos fenômenos enfocados. Claro que o usuário, ao invés de esclarecido, pode ser atordoado pelo cipoal de dados. Mas essa é uma contingência irrecorrível, que só apropriados instrumentos teóricos e metodológicos podem evitar.

3. As fontes

A utilização predominante de fontes secundárias é marca distintiva do processo de elaboração do Dicionário. A causa principal dessa preferência reside no universo de pesquisa: operando com cerca de 5 mil verbetes, é absolutamente inviável basear o essencial do trabalho em fontes primárias.

As fontes secundárias, apresentando material já depurado e estruturado, fornecem elementos de absorção mais imediata pelos verbetes. Conferem, por isso, sensível incremento de produtividade à pesquisa, fator fundamental para sua própria viabilização.

O recurso exclusivo às fontes primárias equivaleria a começar o trabalho do zero e ignorar insensatamente o patrimônio bibliográfico existente, cujo valor como fonte de referência não deve ser subestimado, apesar de suas inúmeras e graves deficiências. É claro que a taxa de utilização de fontes secundárias varia de acordo com o grupo temático e biográfico e ainda de um verbete a outro dentro do mesmo grupo. De maneira geral, o segmento biográfico é mais satisfatoriamente atendido por fontes secundárias que o temático.

Quanto à disponibilidade de fontes, pode-se estabelecer a seguinte tipologia aplicável ao campo biográfico:

1 Personagens com gigantismo de referências documentais e bibliográficas. Exemplos típicos seriam Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.

2. Personagens com uma fonte bibliográfica alentada, além de multiplicidade de fontes diversas. Siqueira Campos,[8] Café Filho[9] ou Juarez Távora[10]
3. Personagens com grande diversidade de dados disseminados em inúmeras fontes, mas desprovidos de bibliografia expressiva que lhes seja especificamente dedicada. Artur de Sousa Costa ou Odílio Denis, por exemplo, se enquadrariam nessa categoria.
4. Personagens com dados esparsos. Esse tipo abarca o componente majoritário da população estudada.
5. Personagens sem dados. Aí se situam, pelo menos até que novos achados os possam transferir de grupo, personagens que totalizam cerca de 18% do Dicionário.

3.1 *Fontes secundárias*

Não obstante propiciarem solução a dificuldades de outro modo intransponíveis, as fontes secundárias introduzem múltiplos problemas na pesquisa. Um deles é o da fidedignidade. Obras que nos interessam muito de perto — biografias, memórias, relatos, testemunhos, depoimentos — incorporam subjetividade extremamente acentuada e contêm freqüentes incorreções factuais, que amiúde se transmitem e acumulam de uma geração bibliográfica a outra, como deformações hereditárias automáticas. Nossa pretensão é conseguir compulsar contingente diversificado de fontes de modo a corrigir esses erros e depurar o impressionismo.

Segundo o critério de utilização na pesquisa, podemos estabelecer a seguinte classificação do livro, fonte secundária por excelência:

1. Os fornecedores de dados diretos, explícitos e estruturados. Incluem-se nessa categoria as listas e relações de personagens (nominatas) e instituições, as enciclopédias gerais e setoriais; as coletâneas de efemérides; as biobibliografias; as obras genealógicas; os repertórios e dicionários biográficos e temáticos (gerais, setoriais, regionais etc.); os históricos de entidades e instituições (monografias descritivas, material de propaganda etc.).

Esse gênero de obra ressente-se do caráter estritamente sumário de seu conteúdo, apresentado muitas vezes em estilo telegráfico (*who's who*, almanaques). Restringe-se quase exclusivamente a árido material formal, havendo ocorrência de elementos de promoção ou autopromoção, às vezes remunerada — verdadeiros anúncios biográficos em certos *who's who*, material publicitário ou de divulgação institucional etc. Essa distorção deve ser escoimada pelo confronto de textos.

[8] Carneiro, Glauco. *O revolucionário Siqueira Campos; a epopéia dos 18 do Forte e da Coluna Prestes na biografia do lendário tentador do impossível, herói do tenentismo.* Rio de Janeiro, Record, 1966. 2v.

[9] Café Filho, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966. 2v.

[10] Távora, Juarez. *Uma vida e muitas lutas.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974-1976. 3v.

A parcela de material jornalístico que pode ser caracterizada como fonte secundária assimila-se a essa primeira categoria. Sobressaem aí os necrológicos e obituários, perfis e homenagens pessoais e institucionais, e, mais modernamente, textos produzidos pelos departamentos de pesquisa dos órgãos de imprensa. Trazem freqüentemente contribuição de relevo para muitos dos objetos abordados.

Malgrado suas deficiências, constituem as obras aqui arroladas adequado ponto de partida para a pesquisa, situando, *grosso modo*, traços capitais de personagens e temas.

2. Fornecedores de dados explícitos, não necessariamente estruturados e diretos. Integram esse grupo as obras de memórias, de homenagens (póstumas, natalícias etc.), os trabalhos biográficos e monográficos de maior porte (autobiografias, biografias individuais ou de grupos, monografias de base factual etc.).

É nesse gênero de livro, especialmente nos relativos a indivíduos, que o elogio esparramado campeia com mais desenvoltura e o compromisso com a realidade histórica é mais tênue. Já se disse que o memorialismo em circulação transforma a "história contemporânea do país num festival de vaidades que não conferem".[11] Aspectos não legitimados por valores contemporâneos, passagens polêmicas e episódios desabonadores são sistematicamente omitidos, contornados ou falseados, como nas edições expurgadas *ad usum Delphini*.

As obras de denúncia incorporam a mesma deformação com sinal trocado: no que tange à objetividade, os libelos via de regra igualam-se aos panegíricos.[12] Ocorrem, contudo, exemplos de "obras de combate", motivadas por objetivos momentâneos e restritos, que adquirem peso e permanência.

Essa categoria de livro confere em geral tratamento amplo e minucioso a seus temas, distinguindo-se nesse aspecto da anterior. Aqui nada há de sumário, existindo mesmo trabalhos de grande envergadura e densidade, que impõem ao pesquisador o vigoroso desafio de sintetizá-los, captar o essencial na floresta de detalhes e transformá-los em verbetes de dimensões operacionais. Reporte-se, a título ilustrativo, ao vulto da biografia de Afrânio de Melo Franco escrita por seu filho.[13]

A despeito das deturpações e omissões que incorpora, esse tipo de fonte é de particular importância para o trabalho, pois ao menos aponta as principais escalas do percurso político de personagens e instituições, quando não cobre com continuidade o evolver dos mesmos. É de se lastimar que obras dessa categoria tenham sido consagradas apenas a um número reduzido de temas e figuras incluídos no Dicionário.

[11] Informe JB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1977. p. 6.

[12] Basta recordar trabalhos como *O rato Fiúza*, de Carlos Lacerda (Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1946) ou *Humilhação e devastação da Bahia*, de J.H. Seabra (Salvador, Graf. da Bahia, 1933), a propósito do governo Juraci Magalhães.

[13] Melo Franco, Afonso Arinos de. *Um estadista da República; Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955. 3v.

3. Fornecedores de dados indiretos, estruturados segundo critérios diversos dos visados pela pesquisa. Essa categoria comporta os relatos, depoimentos, descrições e testemunhos de períodos e eventos, as histórias gerais, regionais e municipais, as histórias temáticas, as análises e trabalhos acadêmicos de ponderável base factual explícita.

Nessa classe de fontes os dados aparecem estruturados segundo critérios que não o temático ou biográfico: estão atrelados à própria vivência do narrador; seguem o fio das hipóteses a serem discutidas em trabalho acadêmico; pautam-se por considerações regionais ou locais; conformam-se às exigências do tema estudado.

Essas obras, como de resto as da categoria anterior, são marcadas em alguns casos por propensões literárias do autor, resultando recheadas de digressões alheias aos intentos da pesquisa. Desnecessário insistir no acento ideológico, sempre presente em maior ou menor grau.

Esse grupo é o de utilização mais freqüente na coleta de dados de atuação e posicionamento político de personagens, sendo empregado também no levantamento da evolução de instituições e entidades. Tal forma de aproveitamento consiste no recolhimento dos dados pertinentes e na transposição dos mesmos para atender à natureza temática ou biográfica dos verbetes, o que, além da capacitação profissional, exige esforço beneditino, pois há que dirigir os dados a cada uma das figuras ou entidades envolvidas no texto, repetindo-os e adaptando-os tantas vezes quantas forem estas últimas.

Duas técnicas são empregadas nesse sentido: a cobertura integral do livro e a extração localizada de informações.

No setor biográfico a aplicação da primeira técnica vem sendo viabilizada pela seleção de obras-chave sobre cada período estudado, das quais se retiram informações apenas para os *personagens mais relevantes* do universo de pesquisa, cerca de 700 no momento.

A segunda técnica visa suprir lacunas definidas ou completar importantes verbetes específicos não atendidos pelo primeiro processo. Para as quantidades envolvidas no trabalho, ela só é operacional quando a obra pesquisada dispõe de índice remissivo, onomástico ou analítico, ocorrência infelizmente tão ínfima em nossa bibliografia, contrariamente ao que se dá em centros culturais mais avançados, onde o índice encerra quase sempre qualquer obra não ficcional. Só tem o pesquisador a deplorar que, importando tantas influências anglo-saxãs, não tenhamos sido tocados por essa.[14]

Sobreleva destacar que as obras de maior expressão e produtividade, não são, via de regra, ou pelo menos não são obrigatoriamente, as análises mais lúcidas e globalizantes sobre a estrutura ou as conjunturas, dotadas quase sempre de alto nível de abstração e generalização, mas os trabalhos descri-

[14] Imagine-se o quão mais reprodutiva é uma bibliografia integralmente indexada. Produto do avanço econômico e cultural, o índice analítico, remissivo ou onomástico constitui-se em fator de impulsionamento da pesquisa e do trabalho acadêmico, pelo grau de agilização e simplificação que introduz na busca da informação.

tivos em que o desenrolar dos acontecimentos tem como suporte a ação dos personagens e instituições, registrada de preferência com certa minúcia.

3.2 *Fontes primárias*

Visto apenas pelo prisma do material oriundo de fontes secundárias, o Dicionário poderia ser considerado uma "fonte terciária". A noção só é parcialmente verdadeira, pois fontes primárias entram na composição da obra por múltiplos canais. A utilização dessas últimas se faz na maioria dos casos topicamente, na obtenção de informações factuais básicas, no preenchimento de lacunas, no aprofundamento de questões relevantes e como subsídio para dirimir contradições entre fontes.

Há casos em que o emprego de fontes primárias chegou a assumir caráter principal. É o que se verificou com certos grupos temáticos, como os partidos políticos e a imprensa. Logo às primeiras tentativas de cobrir esses grupos com fontes secundárias, constatou-se a precariedade dos resultados: a indigência de bibliografia sobre as matérias é notável. Persistiu-se porém até o limite da potencialidade das fontes disponíveis e transferiu-se o foco da investigação para as fontes primárias, elegendo como instrumento de trabalho o jornal, consensualmente tido como o mais profícuo.

Essa decisão pareceu viável em vista do número de itens a pesquisar em cada grupo. Os partidos políticos detectados são 202, sendo 175 do período 1930-1937 e o restante da era pós-1945. Das agremiações do primeiro período selecionaram-se as 21 mais importantes, limitando-se a estas a pesquisa de jornal.

O grupo imprensa, constituído de inumeráveis jornais e revistas (centenas? milhares?), foi drasticamente reduzido aos órgãos de efetiva relevância nacional, procedendo-se a seu estudo apenas em momentos de definição das questões políticas fundamentais. Eliminaram-se também da pesquisa nesse nível os órgãos explicitamente partidários, considerados satisfatoriamente atendidos pelos dados oriundos da investigação sobre partidos políticos. Assim, na conjuntura de 1929-1930 por exemplo, a investigação foi dirigida exclusivamente a 22 jornais (15 do Rio, 4 de São Paulo, 1 do Rio Grande do Sul, 1 de Minas Gerais e 1 da Bahia).

Mesmo com as restrições espaço-temoporais adotadas, o método vem-se mostrando de viabilidade duvidosa. Sua aplicação para os partidos políticos, no triênio 1935-1937, e para a imprensa no biênio 1929-1930, tomou considerável tempo e revelou notáveis dificuldades, induzindo a pesquisa a reorientar seu rumo. Para os partidos políticos pós-1945 retomar-se-ão fontes secundárias, menos pobres que para o período anterior. Para a imprensa, procurar-se-á compensar a anemia de fontes pelo recurso a entrevistas com uma rede de informantes qualificados. A pesquisa de jornal recuperará assim seu caráter complementar, dela se lançando mão apenas para o equacionamento de pontos específicos.

A utilização extensiva do jornal como fonte primária não chegou sequer a ser considerada para o segmento biográfico, em função da já assinalada amplitude do universo de pesquisa. Não obstante, a coleção de recortes de material publicado a partir de 1974 que, como atividade subsidiária do Dicionário, vem sendo organizada e classificada segundo o interesse biográfico do trabalho, talvez possibilite a partir de então o que é inexeqüível retrospectivamente.

O recurso à fonte primária exige, além dos cuidados gerais, cautelas específicas. Cada elemento desse tipo é cédula de um organismo que só em conjunto, ou pelo menos em agregados significativos, adquire expressão. Uma notícia de jornal ou um documento de arquivo, isolados, podem ou não traduzir o sentido mais amplo de um fenômeno ou de uma vida. Inexiste nas fontes primárias o processo de síntese, em geral incorporado às fontes secundárias. O uso impróprio das primeiras pode mais facilmente induzir a deformações e até mesmo a equívocos graves. Imagine-se, por absurdo, que na preparação da biografia de Carlos Lacerda só tenha compilado em fontes primárias apenas sua militância na ANL em 1935 e a cassação de seus direitos políticos no final de 1968. O absurdo perde evidência se se trata de tema ou personagem menos conhecido, de fatos separados por menor lapso de tempo etc.

Para evitar as ilações enganosas há portanto que analisar a representatividade de cada documento de um acervo, buscando a conexão de seu conteúdo com os demais dados e com o quadro global do objeto de pesquisa. Assim como há que estabelecer uma adequada periodização para a cobertura de jornais através de cortes em momentos definidores[15] e tecer uma série histórica das definições (ou indefinições) produzidas nesses momentos.

Os arquivos privados depositados no CPDOC compõem fonte riquíssima, não só pelo volume informativo enfeixado mas também por seu ineditismo. Entretanto as insuficiências de que se ressentem colocam complexos problemas para sua utilização no Dicionário. Já se sublinhou o caráter fragmentário e descontínuo desses acervos, característica que colide com o objetivo de levantar seqüentemente a trajetória de protagonistas e instituições.

Insubstituíveis para as descidas em profundidade, essas fontes parecem falhar no caso em apreço. Se são coleções de documentos esparsos, apresentam vastos hiatos e calam sobre passagens e aspectos fundamentais; se são monumentos documentais, com milhares de peças, reduzem as lacunas sem suprimi-las, mas introduzem o problema do volume de material a ser manipulado. Como preparar uma biografia de Osvaldo Aranha com base nos 80 mil documentos de seu arquivo? A tarefa, mesmo que exeqüível

[15] Parte-se do pressuposto de que as tomadas de posição se fazem mais nítidas exatamente nos momentos definidores. Trata-se apenas de um pressuposto metodológico, passível de contestação.

por hipótese, só se justificaria se se tratasse de ampla biografia individual e não de um componente de dicionário.

Essas considerações não excluem, como já se ressalvou, o valor incontrastável da fonte como instrumento de uso tópico, localizado.

As fontes oficiais, que na realidade compreendem elementos de fonte primária e de fonte secundária, fornecem peças do esqueleto básico do verbete. Auxiliam a armar a estrutura em torno da qual se corporifica o restante da pesquisa. Destacam-se dentre elas os almanaques profissionais, principalmente os militares e diplomáticos; os registros parlamentares, anais, súmulas de discursos, listas de oradores; as estatísticas eleitorais, os repertórios jurídicos. Vasta gama de fontes oficiais situa-se mais apropriadamente como fonte secundária, e como tal foi analisada no capítulo correspondente.

Em geral a fidedignidade desse arco de fontes oficiais não é contestável, salvo no que diz respeito às distorções propositais de pequena monta, como a falsa declaração de idade para possibilitar ingresso prematuro na carreira militar, prática usual nas primeiras décadas do século e, naturalmente, reproduzida nos primeiros almanaques. Distorções mais essenciais verificam-se em fontes oficiais secundárias.

Como nas memórias, autobiografias e depoimentos, as informações obtidas diretamente do personagem de forma oral ou escrita — entrevistas, formulários, currículos — carregam a marca da unidade entre fonte e objeto: o biografado é fonte de si mesmo. A situação não se altera em substância se o preenchimento de um formulário, por exemplo, é feito não pelo próprio mas por familiar ou amigo. Padecem esses materiais de conotação que se poderia chamar "ideológica em dupla instância", pois que estão permeados de dupla visão do mundo, a contemporânea à ação descrita e a presente no momento do relato, coincidindo as duas em maior ou menor grau segundo as transformações da realidade e do personagem. Certo vezo racista ou uma moderada simpatia ao nazi-fascismo poderiam ser legitimados por valores dominantes em 1937, mas tornam-se inaceitáveis 40 anos depois. No auge do Estado Novo seria recebida sem espanto a afirmação de que "uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância de uma sala de museu",[16] mas decorridas algumas décadas a frase pode ter curso como diagnóstico, mas é largamente refutada como programa.

Repete-se aqui a já assinalada omissão de passagens polêmicas, o contorno de episódios desabonadores, a contenção de paixões da época (nem sempre em favor da objetividade). Enfim, o que pode ser material magnífico para estudos sociopolítico-ideológicos, encerra inegáveis dificuldades como fonte de referência para a elaboração de um dicionário. Outros obstáculos devem ser transpostos no uso desses instrumentos, em particular a dubiedade e vagueza de certos relatos, a imprecisão cronológica, toponímica, antroponímica etc.

[16] Campos, Francisco. *O estado nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1940.

No trato de longas entrevistas há que se responder ainda ao desafio, que não se lhes aplica com exclusividade, de captar e sintetizar os traços essenciais do personagem, transformando-os em verbetes sucintos. Pode-se avaliar a magnitude do encargo, reportando-se à entrevista promovida com o Mal. Cordeiro de Farias pelo CPDOC, cujo tempo de duração deve corresponder a qualquer coisa entre 2.500 e 3 mil páginas de transcrição.

Acresce consignar que informações biográficas são muitas vezes obtidas em conjuntos fornecidos por instituições a que estiveram ligados seus titulares, sendo nesses casos estritamente curriculares ou ainda sumárias e formais. Há todavia exceções consistentes no envio de material mais amplo. Da veracidade de curriculos pouco há a acrescentar.

O recurso às citadas instituições — ministérios, governos estaduais, órgãos federais, entidades privadas — ganhou especial relevo não só para os grupos temáticos "movimentos e organizações políticas" e "instituições econômicas e administrativas", mas também para o setor biográfico, onde supriu a renitente resistência de grande número de personagens em fornecer os informes solicitados, resistência apontada e lamentada por dicionaristas e biobliógrafos desde o século XIX.

Enfatizando os impasses no emprego de material de obtenção direta, não se deve esquecer que, apesar de tudo, trata-se de instrumento insubstituível. Personagens e temas ignorados pelos demais recursos só dispõem desse meio para terem fixados seus contornos. As deficiências encontradas, que não são atributo exclusivo desse tipo de fonte, vão sendo compensadas pelo confronto com as demais referências. E em não as havendo, fica o consolo de romper o vácuo, registrar alguma coisa, mesmo que falha e incompleta.

4. Questões de conteúdo

O trabalho que vimos realizando, pela envergadura e pioneirismo que o caracterizam, abriga grande número de dilemas e interrogações. Talvez não seja possível superar todos eles, mas é útil refletir sobre seu alcance. Procuraremos aqui expor os que mais nos têm preocupado.

Uma primeira série de questões diz respeito aos critérios de inclusão de verbetes no Dicionário. No segmento temático, alguns grupos (partidos políticos, por exemplo) foram incluídos integralmente, vale dizer, todos os itens detectados nesses grupos foram em princípio considerados objeto de pesquisa. A postura se justifica pela expressividade de cada item em si. Outros grupos (imprensa, por exemplo), em decorrência da amplitude do universo que abrangem, foram limitados a um número estritamente relevante de itens. Outros, ainda, sofreram delimitações de graus diversos (instituições econômicas, administrativas etc.), determinadas pelo destaque de seus componentes e pelas repercussões que imprimiram à política do período. A fixação dessas últimas características decorreu de conhecimento geral da época abordada e de aprofundamento da própria pesquisa. Como qualquer limitação, também as aludidas provocam empobrecimento da realidade.

São, por isso, passíveis de várias ordens de questionamento, salvo no que toca à sua finalidade precípua: a viabilização da obra.[17]

Os critérios de inclusão de biografias são mais rígidos. Selecionou-se a bateria de cargos mais importantes,[18] procedendo-se a subseleções em determinados deles e incluíndo automaticamente todos os seus ocupantes no período. Omitiram-se apenas os interinos e suplentes de curto exercício do cargo. As subseleções consistiram em considerar, por exemplo, não todos os embaixadores brasileiros no exterior, mas apenas os chefes de misssões em países de importância incontestável para a política externa da nação; não todos os bispos e arcebispos, mas apenas os das províncias enclesiásticas mais proeminentes.

Este nos pareceu não só o melhor modo de apresentar o panorama mais completo da "população política", como o de evitar embaraçosas reivindicações de inclusão. Entretanto, por não comportar a inflexibilidade dos mencionados critérios, a abrangência teve que ser discretamente dilatada para incluir os personagens que, alheios aos cargos fixados, destacaram-se

[17] São os seguintes os grupos temáticos incluídos:
01 — Acontecimentos histórico-políticos.
02 — Constituintes, constituições, leis, decretos, códigos.
03 — Correntes e conceitos políticos.
04 — Instituições econômicas.
05 — Confederações, federações, associações, clubes.
06 — Forças Armadas, instituições administrativas, de justiça e segurança, de ensino e outras.
07 — Imprensa.
08 — Organizações e movimentos políticos.
09 — Partidos políticos.
10 — Relações internacionais.

[18] São os seguintes os cargos considerados critérios de inclusão: presidente da República; vice-presidente da República, candidato derrotado à presidência da República; governador e interventor de estado e território; ministro de Estado; chefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República; ministro do STF; ministro do STM; senador federal e constituinte; deputado federal e constituinte; chefe da EMFA; chefe dos Estados-Maiores do Exército, Marinha e Aeronáutica; comandante da ESG; comandante de Exército (e equivalentes que o precederam); chefe de departamento do Exército; chefe do SNI; cmandante de distrito naval; comandante de comando aéreo regional (antiga zona aérea); líder e presidente de partido político; embaixador brasileiro nos EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, URSS, ONU e OEA; embaixador dos EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Argentina no Brasil; presidente do Banco do Brasil; presidente do IBC (e equivalentes que o precederam); presidente da Petrobrás; presidente do Banco Central (e superintendente da Sumoc); superintendente da Sudene do BNH; diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (e chefe de polícia do Distrito Federal); Presidente do BNDE; presidente do INPS (e institutos setoriais que o predeceram); diretor do DASP; reitor das Universidades Federal do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília; ministro do Tribunal de Contas da União; consultor-geral da República; procurador-geral da República; presidente de confederação de empregados e empregadores; presidente de entidade central de estudantes; jornalista político; prefeito do Rio de Janeiro e de São Paulo; bispos e arcebispos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília e Recife.

em acontecimentos específicos. O número desses últimos não ultrapassa 8% do total, o que vem confirmar a justeza dos critérios adotados.

A questão, no entanto, permanece aberta em diversos pontos. A seleção da nominata biográfica, pautando-se pelo critério de ação ostensiva do personagem, suprimiu os que marcaram sua presença exclusivamente ou principalmente como pensadores políticos. Os critérios estabelecidos propiciaram a inclusão daqueles pensadores políticos que desenvolveram também atuação política ostensiva e/ou institucional, mesmo que episódica e secundaríssima. Assim foram abrangidos Plínio Salgado e Gilberto Freyre (deputado federal 1946/1951), mas homens como Jackson de Figueiredo e Caio Prado Júnior escaparam às malhas imperfeitas de nossas redes. Permanece sendo avaliada a oportunidade de expandir a pesquisa nessa direção.

Discutível também é a exclusão *in limine* da maior porção do mundo político-administrativo regional e municipal. Com efeito, excetuados os governadores/interventores estaduais, os prefeitos do Rio de Janeiro e de São Paulo e mais umas poucas categorias, o segmento biográfico abrange unicamente personagens atuantes no plano federal. A restrição justifica-se em função da viabilidade da obra, pois insuportável inflação afetaria o universo de pesquisa se, às 4 mil unidades existentes, se adicionassem deputados estaduais, vereadores, prefeitos, juízes de tribunais regionais e outros. Claro que a imensa maioria desses elementos seria inteiramente destituída de importância, mas sabe-se que um deputado estadual de destaque pode ter maior proeminência que um deputado federal obscuro, que um prefeito de grande metrópole pode fazer sombra a um senador de atuação anêmica.

O que nos desencorajou até o momento de incluir esse gênero de personagens foi, por um lado, a imperiosa necessidade de evitar acréscimos de monta no universo biográfico e, por outro, a dificuldade de avaliação objetiva do destaque de cada um deles e portanto de seleção expressiva de nomes.

Com idêntico fito, de fugir ao inchamento do elenco biográfico, ignoraram-se os *personagens que, identificados com os estertores da República Velha, não retornaram à cena política.* Exceções foram abertas para Washington Luís, Júlio Prestes e poucos outros notórios. Caberia indagar da validade de desconhecer protagonistas derrotados na Revolução de 1930, como os derradeiros ministros de Washington Luís e os últimos presidentes estaduais. Além do crescimento dimensional da obra, outro argumento nos vem distanciando desse grupo de personagens: são homens caracteristicamente integrados à República Velha, para os quais a derrota na Revolução é o último suspiro de vida política; investigar suas trajetórias implicaria desviar o foco da análise para campo que desborda nosso objeto específico de atenção. Consideramos entretanto, *et pour cause,* aqueles personagens que antes de 1930 encarnavam os novos tempos, mesmo que não tenham sobrevivido aos embates iniciais: Siqueira Campos, Joaquim Távora, João Pessoa etc.

Outra omissão notável é a do pessoal de bastidores, assessores, conselheiros informais, eminências pardas, *ghost writers*. Aí o empecilho fundamental à inclusão situa-se na própria determinação dos elementos, uma vez que os informes e relatos a respeito de seu verdadeiro papel estão eivados de subjetividade e imprecisão. Encara-se a possibilidade de incluir os poucos consensualmente identificados, como se fez com Augusto Frederico Schmidt, por exemplo.

Por fim, uma dúvida que se aninhou em nosso espírito desde os tempos remotos de elaboração do trabalho: que fazer dos verbetes com renitente insuficiência de dados? Alcançando ainda hoje cerca de 18% do contingente biográfico, 39% dos partidos políticos de 1930-1937, 47% da imprensa, essa categoria de verbetes mereceria atenção? Deve sublinhar-se primeiramente que parcela deles poderia ser eliminada sem prejuízo significativo para o conjunto da obra — os governadores de territórios federais, certo número de órgãos de imprensa, etc. Parece-nos oportuno, todavia, preservar a inclusão da massa majoritária dessa categoria. Seria a confissão humilde — que deve caracterizar a atividade científica — da incapacidade da pesquisa em recolher informações sobre esses personagens e temas, ao mesmo tempo que a afirmação do princípio de que o mínimo é mais satisfatório que o nulo. Consoante essas proposições, a obra incorporaria verbetes do tipo:

ALIANÇA TRABALHISTA LIBERAL — Partido político constituído no Amazonas para concorrer às eleições de 1933. Não elegeu representantes.

RAMOS, Lucídio — Eleito suplente de deputado federal pelo PL-RS, exerceu o mandato de setembro de 1956 a janeiro de 1959 e de setembro a novembro de 1962.

Um segundo grupo de questões remete mais especificamente ao conteúdo dos verbetes. Quanto ao tratamento que se lhes dá, pode-se discernir três níveis, traduzindo cada um deles um grau de aprofundamento da pesquisa. Em primeiro lugar situam-se os verbetes mais detidamente estudados, com mais alto nível de desenvolvimento, com trajetória política extensamente levantada: são os personagens, os partidos, os jornais, as entidades, os movimentos que o conhecimento prévio e a pesquisa consagram como mais relevantes. Em segundo acham-se os verbetes com dados formais completos, alguns deles com pontos localizados de aprofundamento: é a massa numericamente majoritária do Dicionário. Em terceiro encontram-se os verbetes com dados mínimos ou elementares, situados entre o nível citado e os mencionados no parágrafo anterior.

Evidente que seria impossível arbitrar todas as divergências em torno da classificação de verbetes nesse ou naquele nível. Há consenso sobre a maior parte do que é considerado relevante, mas pode haver discordância em torno de um ou outro caso, ainda mais quando a seleção é promovida pelo que se denomina conhecimento prévio. Sucede ainda que essa classificação

nem sempre é fruto de deliberação: não são raros os casos de verbetes de importância secundária, cujo volume de dados ultrapassa de muito o de verbetes fundamentais. Essa disparidade pode decorrer até mesmo do empenho pessoal de um personagem de segundo plano em preencher de forma superabundante seu formulário de dados biográficos, ou de acesso ocasional a biografias desse personagem, em contraposição aos parcos elementos disponíveis sobre protagonista de primeira grandeza. É óbvio que se pode aparar os excessos do primeiro, mas nem sempre se consegue suprir as lacunas do segundo.

A extensão que seria conveniente conferir a cada componente do verbete merece também reflexão. Temas e biografias cujo nascimento político remonta a períodos históricos anteriores ao abarcado pelo Dicionário devem ter tratamento homogêneo para esses diferentes períodos? Que nível de detalhe deve assumir o relato da atuação de personagens e temas da República Velha e até mesmo em momentos mais recuados? Abordagem uniforme desses verbetes temporalmente extensos exigiria aprofundamento do estudo de períodos alheios ao nosso interesse central. Em vista disso, a tendência vigente é pelo enfoque sumário desses prolegômenos. Em tal situação acham-se verbetes como Banco do Brasil, originário do período joanino; *Jornal do Commercio,* do Primeiro Reinado; biografias como as de Assis Brasil e J. J. Seabra, constituintes de 1891, de permanência intensa na vida política pós-1930, ou a de Tasso Fragoso, atuante na Proclamação da República e membro da Junta Governativa de 1930, ou ainda as de Epitácio Pessoa e Calógeras, os quais, a despeito de atividade residual na República Nova, têm participação culminante no período anterior.

Como tratar, por outro lado, os aspectos não políticos ou não estritamente políticos nos verbetes biográficos? Ainda aqui a tendência é pelo enfoque sumário das facetas literárias, científicas ou jurídicas das carreiras estudadas, ainda que essas facetas se constituam no traço principal do personagem. Agir de outro modo implicaria saber enciclopédico ou recurso inviável a especialistas de outros campos do conhecimento. Essa circunstância se verifica com nitidez nas unidades biográficas de literatos como Mário Palmério (deputado federal 1951/1963), Menotti Del Picchia (deputado federal 1951/1963), Jorge Amado (deputado federal 1946/48), José Américo, etc. De cientistas como Miguel Couto (constituinte 1933/34), Artur Neiva (interventor da Bahia em 1931), Darci Ribeiro (Ministro da Educação em 1962/63). De juristas como Themistocles Brandão Cavalcanti (Ministro do STF em 1967/69) e advogados como Evandro Lins e Silva (Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 1963).

As atividades no campo econômico mereceriam realce mais amplo, pois trata-se de dado fundamental para definir a inserção socioeconômica do biografado. Articulado à extração social e aos laços sociais estabelecidos com o casamento, o engajamento no campo econômico contribui para o conhecimento, tão problemático e ao mesmo tempo tão buscado, da situação social do indivíduo. Foge-se, assim, à menção simplista da "profissão" do personagem e de seus ascendentes, no mais das vezes exclusivamente formal,

perquirindo de suas fontes reais de renda e sustento. Importa se o biografado é proprietário de terras, de capitais, de empresas, profissional liberal, assalariado, e não meramente se é advogado, médico etc.

O *status* político de ascendentes e famílias de cônjuges é também relevante, pois evidencia, entre outros fatores, os padrões de recrutamento político vigentes no período.

Outra cogitação que nos ocupa é de estabelecer até que ponto é pertinente a descrição de eventos e instituições no corpo de verbetes de seus protagonistas. A biografia de Ernani Amaral Peixoto, por exemplo, suscita alusões indispensáveis ao PSD, alusões que podem desenvolver-se de modo mais ou menos amplo. Levando em conta que o PSD será objeto de verbete próprio, coloca-se a questão crucial de alcançar equilíbrio no tratamento do tema dentro do verbete biográfico. O dilema traduz apenas a circunstância de certas vidas públicas confundirem-se com a vida de instituições em que militaram. A interação se reproduz em sucessivos pares: Getúlio Vargas—Revolução de 1930, Plínio Salgado—integralismo etc.

De todo modo, a tendência reinante é a de concentrar os relatos dos eventos, mesmo que sumários, apenas nas biografias dos que os capitanearam. Descrição geral da Revolução de 1930 em grandes traços constaria dos verbetes de personagens primaciais como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, Flores da Cunha e Washington Luís. Relato mais resumido do evento, destacando a participação específica de cada um, seria apresentado nos verbetes de figuras relevantes como João Neves da Fontoura, João Alberto, Antônio Carlos, Olegário Maciel. Outros participantes teriam registrada unicamente sua atuação própria, mencionando-se a vinculação da mesma à Revolução de 1930.

Problema delicado é o da abordagem de passagens e aspectos polêmicos, cujos registros os próprios personagens não se empenham em preservar ou difundir. Tratando-se de fato incontroverso, o texto seguirá o "teor médio" das diversas fontes que o documentam; tratando-se de situações que comportem várias óticas ou versões, a orientação adotada é de consignar todas elas, citando as respectivas autorias. Procura-se dessa forma resguardar o trabalho de contestações que fatalmente surgirão, ao mesmo tempo que se busca um procedimento não equidistante, mas isento de apriorismo.

Conscientes de que não nos cumpre, num dicionário, fazer o julgamento histórico dos personagens e instituições do período, procuramos reger-nos pelo princípio de incluir nos verbetes valorações e opiniões conflitantes, sempre respaldadas nas fontes respectivas. Talvez consigamos transcender assim o triunfalismo e os libelos que preponderam na bibliografia dominante acerca de inúmeros homens públicos brasileiros.

Certos componentes da estrutura dos verbetes biográficos justificam atenção:

1. A indicação do local de nascimento se fará da forma mais específica possível, fornecendo-se não só o município, mas também o distrito, bairro, fazenda etc. Tem-se em mira, dessa forma, apresentar um subsídio suplementar para a detecção da origem social.

2. O registro das pessoas e idéias que marcaram a formação política e intelectual do personagem visa dar alguns parâmetros da formação ideológica e caracterizar grupos e famílias de pensamento.

3. O acompanhamento das promoções nas carreiras de estrutura hierárquica visa fixar os momentos em que essas promoções são feitas, momentos que se sabe não serem indiferentes a considerações políticas.

4. No que tange às condecorações, restringimo-nos às da vida militar, que podem ser elementos distintivos de certas particularidades importantes na carreira. As demais, por seu caráter eminentemente formal, são na maioria dos casos ignoradas, o que elimina dos verbetes longas e tediosas listas.

5. O posicionamento dos biografados é rastreado concentrando-se o foco nos temas mais candentes, nos divisores de águas, nas proposições mais definidoras. Assim são pesquisados os pronunciamentos, as tomadas de posição, as definições nos campos ideológico, político, social e econômico.

6. A relação das viagens efetuadas tem por alvo detectar as de natureza política, mesmo que realizadas em caráter particular. Procura-se salientar as viagens levadas a efeito a estados brasileiros envolvidos em conflitos, a nações beligerantes, à Alemanha, à Itália e ao Japão durante o fascismo e aos países socialistas. Registra-se qualquer viagem ao estrangeiro encetada antes de 1930, em vista do caráter relativamente invulgar do feito.

7. Dentre os diferentes vínculos do personagem, intenta-se sublinhar os estabelecidos com a Igreja e outras confissões religiosas, com sindicatos e associações profissionais, com a imprensa, com instituições culturais e com entidades representativas de minorias nacionais e étnicas. A captação desses laços tem a finalidade de projetar imagem completa e multidirecional de cada indivíduo.

5. Questões de forma

Em obra de referência, como a que vimos preparando, destinada a consulta imediata e freqüente, a forma de disposição das matérias assume importância de primeira ordem. Pode facilitar a busca e o encontro da informação desejada, ou pode, ao contrário, ser entrave ao manuseio do trabalho. Pode propiciar múltiplos desdobramentos do dado procurado ou confiná-lo em estritos limites, ocultando suas possíveis conexões e associações.

Passando ao largo dos aspectos essencialmente técnicos do problema — remissivas múltiplas, diferenciação tipográfica, realces materiais etc. — que este artigo não comporta, vamos nos deter em alguns tópicos mais salientes da questão.

A adoção do critério alfabético na ordenação dos verbetes, critério universalmente consagrado em obras de referência, foi decidida em função da insuperável operacionalidade que confere à busca da informação. A principal desvantagem de um critério puramente formal, como é o alfabético — pulverização do material, ausência de qualquer nexo lógico na sucessão

dos verbetes — é sobejamente compensada pelos benefícios que introduz. A escolha de qualquer outro critério (regional, cronológico, temático) pressuporia conhecimento prévio por parte do consulente de alguma característica do item procurado.

Certas afinidades ou correlações mais elementares entre os verbetes, dissolvidos pela entrada alfabética individual, podem ser recuperadas por meio de listagens suplementares. Assim, pode-se prover verbetes sumários gerais que incorporem a totalidade de personagens e temas a eles vinculados: um verbete intitulado *Imprensa,* que cite todos os órgãos tratados no Dicionário; verbetes dos ministérios contendo listas de todos os respectivos ministros, e assim por diante. Esse recurso permitiria duplo acesso ao Dicionário, por via da denominação do item específico ou por via de sua filiação a determinada categoria mais geral.

De qualquer modo, pensa-se dividir o Dicionário em duas seções distintas, a biográfica e a temática, cada qual com sua própria ordem alfabética, o que virá em proveito da facilidade de consulta.

Como a pesquisa vem produzindo um aporte de informações extremamente detalhadas, é de suma importância a definição do nível de detalhe que deve ser retido pelo texto definitivo. A questão diz respeito à oposição entre precisão e leveza de estilo, uma vez que o cúmulo de registros precisos se faz sempre em detrimento da fluência do texto. Datas e nomes completos, números (de votos, de membros etc.) e outras explicitações sobrecarregam indelevelmente a redação. É mister também aí a busca do almejado equilíbrio.

No que concerne à estrutura interna de cada verbete, há que optar entre um critério expositivo estritamente cronológico e um outro cronológico-temático. Enquanto o primeiro permite mais facilmente a apreensão de correlações temporais entre os diversos aspectos de temas e personagens, o segundo propicia visão mais integrada de cada aspecto em si. Pelo critério cronológico se acompanha *pari passu* a trajetória de um personagem, tendo-se de imediato correlações, por exemplo, entre sua atuação parlamentar e jornalística. Pelo critério cronológico-temático, a atividade parlamentar está destacada dos demais campos de atuação, cada qual com seu próprio evolver temporal.

Cabe, por fim, mencionar a exigência de que uma mesma informação, quando reproduzida em diferentes verbetes, mantenha coerência e uniformidade, o que nem sempre é simples de obter, dada a magnitude do universo de trabalho e a possibilidade, freqüente, de uma única informação originar-se de um número vasto de fontes. A questão é crítica no que tange a interação biográfico-temática, pois que cada um desses segmentos é implementado por equipe própria. Embora tenazmente perseguida, a coerência só é absoluta no território do ideal, sendo aceitável, em obra dessa envergadura, uma margem de erro de 5%, depurável apenas por sucessivas reedições.

6. Conclusão

O que há de constituir algo de realmente novo no Dicionário, além dos verbetes mais bem providos de fontes inéditas, é efetivamente o próprio conjunto da obra. A ninguém é dada a onipotência de em curto espaço de tempo produzir contribuições relevantes para milhares de itens e temas. Assim, é a edificação de um trabalho desse porte e com esse objetivo de estudo que constitui a inovação.

A originalidade do trabalho configura um quadro de modelos extremamente pobres, onde similares e precedentes inexistem.[19] Para avaliar as feições que a obra vai assumindo temos, portanto, que nos socorrer do julgamento de especialistas e pesquisadores da área. São eles os elementos melhor situados para nos transmitir o que poderiam requerer de um dicionário desse tipo, para criticar seus diversos aspectos, para sugerir modificações e enfoques alternativos.

Sem embargo do aprimoramento que contínua e obstinadamente se procura conferir ao Dicionário, estamos cônscios de que restarão inexatidões, lacunas e até mesmo apreciações menos judiciosas. Ao contrário da referência de Andrieux aos lexicógrafos, pensamos não poder aspirar nem mesmo a escapar às reprimendas.

[19] O convívio desses anos com a bibliografia brasileira do gênero não permitiu descobrir nenhuma obra equivalente, fazendo-nos concluir, com margem mínima de erro, pela efetiva inexistência de um dicionário de personagens e temas compreendidos em tão curto período histórico.
Para os Estados Unidos, nação superdotada na matéria, um levantamento das fontes biográficas existentes também não revelou obra equivalente. Dos 163 repertórios compilados, 20 se dedicam especificamente à política, mas com abrangência setorial (Congresso, diplomacia. etc.) ou regional/estadual e com limitação, na maioria dos casos, à população contemporaneamente ativa. Os demais têm alcance geral (20), regional e estadual (21) ou restringem-se a determinadas profissões e campos de atividade (102) Cf. Kline, Jane. *Biographical sources for the United States*. Washington, Library of Congress, 1961. Não possuímos elementos para acompanhar a evolução dessa bibliografia nos últimos anos. Informações mais recentes dão-nos a indicação de pelo menos uma obra biográfica de alcance similar, mas de estilo telegráfico e abrangendo largo período histórico. Df. Morris, Dan and Inez. *Who was who in American politics, a biographical dictionary of over 4,000 men and women who contributed to the United States political scene from colonial days up to and including the immediate past*. New York, Hawthorn Books, 1975. Apenas uma obra recentemente dectada parece enquadrar-se em nossos critérios, embora dispense tratamento mais sumário a seus temas e biografias. Trata-se do *Political dictionary of the Middle East in the 20th Century*, editada por Yaacov Shimoni e Evyatar Levine e publicada por The Jerusalem Publishing House Ltd.